



OS VERDES E A PARTIDARIZAÇÃO DA ECOLOGIA

Nivaldo Correia da SILVA*

RESUMO: Neste artigo, pretende-se apresentar uma breve discussão sobre movimentos sociais e ambientais, sua articulação no plano político e opção político partidário. Para tecer essa linha de raciocínio é preciso transitar por algumas questões presentes nas Ciências Sociais. O objetivo do texto é procurar demonstrar como conduzimos a temática ambiental ao propósito de institucionalização via Partido Verde.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social; Ecologismo; Partido Político; Partido Verde.

Introdução

Este artigo se compõe de um pequeno bloco de discussão apresentado como referencial teórico de nosso trabalho de mestrado. Nele procuramos articular algumas categorias de análise, que estão circunscritas ao nosso objeto de pesquisa. O fio condutor dessa discussão é a trama construída historicamente entre velhos e novos temas, que desafiam as ciências sociais, e estão presentes no debate atual.

O tema dos movimentos sociais é parte desse desafio. No interior da categoria movimentos sociais, transita a questão da ecologia. De origem internacional, o ecologismo será, nesse caso, matriz ideológica para o

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - S.P. sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy. Trabalho financiado pela FAPESP. Este artigo é um recorte da parte teórica de nossa pesquisa que adaptamos para o propósito da publicação.

discurso partidário.¹ Não de qualquer partido, mas daquele formado fora dos gabinetes parlamentares, na própria sociedade. No caso, o Partido Verde.

A singularidade do Partido Verde, como partido societário, está sendo pensada dentro do contexto e formato do sistema partidário brasileiro. Vejamos então, de que maneira foi conduzida essa discussão.

Movimentando a política

Para o propósito da intervenção política, a ação de atores coletivos deve considerar que, é no campo do complexo jogo da produção e reprodução da vida social que as contradições sociais expressam-se de maneira visível no capitalismo. Essas contradições, que caracterizam a existência das classes sociais, são mediadas por um movimento permanente, estabelecendo relações conflitivas, tendo em conta a variável política.² (Gramsci, 1989) , (Coutinho, 1992)

O reconhecimento das classes no espaço da política não as dilui ou lhes retira sua capacidade de representação na esfera do Estado. Não se trata de colocar a inteligência humana acima das condições objetivas geradas pelo conflito social, afim de consagrar seu extermínio. Elas, as classes sociais, continuam existindo por força da desigualdade existente entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que se apropriam dos lucros gerados pela produção, posto que os mecanismos da acentuação das desigualdades - traduzidos na extração da mais-valia -, afirmam o capital como relação social e o legitima enquanto modelador da sociedade de mercado.

Esses mesmos mecanismos de exclusão dos indivíduos da vida social e do consumo, no capitalismo, são que levam esses agentes a

¹ Na perspectiva do ecologismo, constata-se um duplo desafio: qual a resposta para uma intervenção que dê conta do poder político e da organização da sociedade. Embora sirva como problemática teórica de nossa pesquisa, este artigo não se propõe a dar resposta para essas questões.

² Gramsci recolocou a política como uma categoria fundamental para se pensar a idéia de movimento.

buscarem novas formas de participação na vida política, não mais pelo critério único da produção, mas a partir da reprodução de suas condições de vida. A reprodução das condições de vida e a dificuldade do acesso ao consumo das classes sociais estão diretamente ligadas às reivindicações pelo fornecimento de bens públicos oferecidos pelo Estado, reivindicações fundadas em contradições do próprio sistema. É oportuno neste momento recolocar as classes no espaço da política, pensando em sua *autonomia* enquanto *movimento*. Assim sendo, o primeiro eixo teórico de nossa pesquisa volta-se para os *movimentos sociais*. Estes, quando anunciam uma ruptura com o modelo de representação institucional do Estado ajudam a explicar o aparecimento dos partidos políticos de origem externa ao parlamento.

OS *novos movimentos sociais*, novos por conterem especificidades diferentes daquelas apresentadas no início do século, na Europa como no Brasil*, são reconhecidos como organizações sociais que reivindicam na esfera do Estado capitalista mudanças nas leis ou transformações na infra-estrutura urbana, situando-se, quase sempre, no campo da negação da institucionalização, possuindo certo grau de autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, como observam Boschi (1987) e Sader (1992). Portanto, são em tais autores que buscaremos recursos teóricos para fundamentar a compreensão de tais questões nesta pesquisa.

Eder Sader (1992t), discutindo os movimentos sociais em uma perspectiva histórica, faz um resumo do seu significado. Ele entende que na década de sessenta já existia uma crise de representação política do próprio Estado. Nessa perspectiva há uma crise de referencial do próprio marxismo:

“(...) a classe trabalhadora, deixou de exercer o reinado soberano como protagonista principal e resumo das contradições do período histórico capitalista. Os países socialistas haviam abandonado os germes libertários dos movimentos originários, deixando de apontar soluções para

* Os novos movimentos sociais surgem na segunda metade desse século propondo, na Europa, uma agenda que se estende da manutenção da paz - contra as usinas nucleares -, à mudanças no código de direitos civil e trabalhista. No Brasil, melhoria nas condições de trabalho, liberdade de expressão, reforma na infra-estrutura social, entre outras coisas. É oportuno dizer que não é possível construir modelos de temas sem uma análise historiográfica.

ser problemas. Este momento representou também, paralelamente, um novo marco de renovação para os movimentos sociais. As mulheres, os negros, os índios, os homossexuais, os deficientes físicos e os ecologistas deixam de esperar que uma revolução política viesse atender as contradições em função das quais eles tinham nascido e reivindicam sua autonomia enquanto movimento.” (p.136).

O movimento ecológico nasce dentro desses parâmetros.

No discurso comum, que se justificou durante o período em que a ecologia estava unicamente ligada ao estudo do funcionamento dos sistemas naturais e da neutralidade política, o segmento social da representação ambiental e estudiosos da biologia procuravam dar forma e sentido ao tema da ecologia. No momento em que o impacto ambiental do desenvolvimento industrial caracterizou a vulnerabilidade do ecossistema planetário a preocupação com os recursos naturais e a qualidade de vida mobilizam governo e sociedade civil em torno da questão, o que já se verificava na década de 70. Os relatórios “Global 2000 Report” do governo Carter; “Uma Só Terra” (1972), relatório não oficial da ONU; “Os Limites do Crescimento” (1972), do Clube de Roma; a “Primeira Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente” em Estocolmo (Suécia) não apenas evidenciam preocupações de caráter ambiental como também contribuem para explicar o surgimento dos Partidos Verde na Europa, de acordo com Capra & Spretnak (s.n.t.). Segundo Pádua (1985), a partir da década de 80 a ecologia social ganha visibilidade no meio acadêmico, particularmente nas ciências sociais e na economia **. Esse período marca também o crescimento das entidades ecológicas. Seu crescimento nessa década, foi marcado pela sua politização e intervenção no debate político nacional. Há um reconhecimento de que a defesa do meio ambiente está “(...) diretamente vinculado aos problemas da organização do poder e da propriedade global.” (Pádua, 1987, p.96)

Em outro momento, na fase de grande visibilidade social desse movimento, há uma mudança no eixo de sua conduta, caracterizando uma

** Esta pesquisa não tem a pretensão de discutir as formas associativas emergidas no Brasil da década de 70, das quais surgiu o movimento ecológico. A literatura sobre o assunto já traz valiosas informações sobre o tema. Vale destacar apenas que na fase preservacionista, o movimento ecológico brasileiro é marcado pela negação da prática partidária. Sobre a atuação dos movimentos sociais.

opção político-partidária.³ Esse momento é marcado por um importante debate. Por um lado, os favoráveis à ecologização do Partido dos Trabalhadores, por outro, os defensores da criação do Partido Verde e, ainda, os que são contra a sua formação. (Shinker, 1985), (Gabeira, 1986)

Para se entender os meandros da constituição do Partido Verde há que se compreender as várias ideologias presentes no interior desse Partido. A propósito, Vicent (1995) ao elaborar um dicionário, dentre outras coisas, sobre as concepções ideológicas do movimento ecológico oferece-nos recursos para a interpretação das ideologias nos limites do Partido Verde.

Viola (1988), por sua vez, afirma que as correntes políticas encontram-se presentes no interior da sociedade. Esclarece ainda que as principais estão colocadas da seguinte forma:

- “ecofundamentalistas: Possuem visão anarco-nihilista, apostando na possibilidade de construção de uma sociedade ecologista na periferia da existente;
- eco-realistas: originam-se do socialismo utópico e de vertentes do pensamento liberal. Negam tanto o capitalismo quanto o socialismo, defendendo uma sociedade baseada na pequena propriedade, no cooperativismo, autogestão e localismo de poder;
- eco-capitalistas: acreditam que a economia de mercado é a única a regular eficientemente a relação homem/natureza, compatível inclusive com a perspectiva oligopólicas. Ocupam posições estratégicas junto aos órgãos governamentais do meio ambiente, possuem variável social-democrata e também fascista.
- eco-socialista: acreditam que não há compatibilidade possível entre capital e meio ambiente, negando também o marxismo ortodoxo. Sua atuação tem crescido junto a sindicatos, movimentos sociais, igrejas e partidos progressistas. Apoiam-se no marxismo heterodoxo e nas experiências da contracultura no maio de 68 (França) e alternativa popular.” (p.32)

³ Um levantamento feito por Minc (1985) demonstra que existe nesse mesmo ano, 1985, entre 900 a 1000 associações ecológicas no Brasil.

Essas vertentes orientam a dinâmica de atuação dos movimentos ecológicos e são âncoras para se compreender a atuação das várias correntes que constituíram e militam no Partido Verde. O resumo dessas ideologias definem o *ecologismo*. O ecologismo, portanto, constitui-se em uma multiplicidade de correntes políticas associadas à concepção de sociedade que não exclui a ação preservacionista, cuja prática política é definida pela ação ideológica como bem já observamos.

Na perspectiva política do ecologismo constata-se um duplo desafio: *qual a resposta para uma intervenção que dê conta do poder político e da organização da sociedade*. Neste sentido, a partir das ideologias apontadas por Viola (1988), observa-se que, aqui no Brasil, a discussão no âmbito da ecologia política apresenta-se em algumas frentes. Uma delas oferece sentido à prática das associações que defendem o capitalismo “verde”, as soluções técnicas que se inscrevem na ordem do capitalismo com “desenvolvimento sustentável” como forma de amenizar os problemas decorrentes da destruição ambiental. Situando ideologicamente, são os ecocapitalistas, que se encontram nas agências governamentais de proteção ao meio ambiente. Waldmam (1992) afirma que essa corrente trabalha, indiretamente, para a desorganização do movimento, vinculando-se ao *establishment* por não questionar as relações de poder.

Em outra perspectiva, está a corrente identificada como eco-socialistas. Essa corrente vincula aos problemas ambientais os problemas da infra-estrutura, isto é, saúde, educação, saneamento básico, etc. Essa vertente vê como prioritária a afirmação de uma aliança com o campo popular, visando o fortalecimento com a sociedade civil e os movimentos sociais. Esse vínculo pode viabilizar um projeto político respaldado na necessidade de transformações sociais. Waldmam (1992)

Em outra frente estão os ecorealistas que consideram fundamental mudanças na economia, na cultura e na própria maneira de homens e mulheres relacionarem-se. Para eles, essas alterações são vitais como uma alternativa à crise da modernidade. Também estão a procura de um novo paradigma teórico que dê conta de criticar a racionalidade cartesiana que orienta o pensamento ocidental. Caso seja assim, acreditamos que se guiam pelo pensamento holístico oriental em busca da crítica à filosofia iluminista predatória, que, segundo seus críticos

transformou o homem em um ser antropocêntrico. Os ecorealistas afirmam que tal postura deixa de respeitar as outras formas de vida no planeta como a dos mares, dos rios, das florestas e dos animais, colocando em risco a própria existência da biosfera. *Entender de que maneira estas correntes estão situadas no interior do P.V. é importante para poder entender a atuação do partido.*

Retomando o debate sobre movimento social, há que se dizer que sua inserção política foi pensada levando em conta certo grau de autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos.^{***} Podemos perguntar: de que forma as demandas sociais seriam reconhecidas pelo Estado? Tal pergunta leva em conta que os grupos de pressão - que agem como agregadores de interesses entre a sociedade e o Estado - estariam atuando com a mesma função do partido político. Contudo, Fisichella (1991) afirma que "(...) os grupos de pressão não respondem pela competição eleitoral, a função da gestão direta do poder e, em função das regras normativas do jogo político, a função de expressão democrática." (Fisichella, 1991p. 565) Isto corresponde afirmar que o preenchimento dos requisitos fundamentais - competição eleitoral, gestão do poder e função de expressão democrática -, asseguram a legitimidade de representação política do partido, no capitalismo liberal.

O tema dos partidos políticos compõe a parte final dessa pesquisa, que tem como objetivo principal avançar no exercício de dar forma à proposta de estudar a organização do Partido Verde no contexto do sistema partidário brasileiro. Para isso, faz-se necessário recuperar algumas passagens sobre os partidos políticos que, strito sensu, podem contribuir para se compreender as características fundamentais dessa agremiação particularmente.

Quanto aos partidos políticos, é preciso lembrar que existe uma ligeira distinção entre aqueles que nasceram no parlamento e os que vieram das organizações autônomas da sociedade civil. Os primeiros ingressam no

^{***} No que diz respeito a autonomia, os movimentos sociais originam-se da representação de caráter associativo e emergente. Nessa medida, constata-se que os conflitos que provocaram seu aparecimento não se resolvem no quadro da representação classista, mas se ancoram na divisão social do trabalho e na diferença de gênero, a exemplo do movimento feminista. Além disso, ancora-se na diferenciação racial - tomando o exemplo do movimento negro -, ou ainda, tendo como referência o movimento ecológico, baseado nos limites históricos existentes entre forças produtivas - meios de produção e força de trabalho - e recursos naturais.

espaço da política a partir da evolução das facções, são as antigas agremiações, lembradas por Sartori (1982), como aquelas nascidas no período da revolução francesa.

O segundo modelo de partido nasceu do desdobramento da ação política organizada em torno dos sindicatos e organizações trabalhistas na Europa no início do século. São esses os partidos socialistas anunciados por Cerroni (1982) como modernos príncipes, na expressão de Gramsci (1989), que irão conferir estatuto de participação legal no sistema partidário na democracia liberal moderna. O partido comunista na Rússia, de orientação marxista-leninista, serviu de correia de transmissão do movimento operário na vanguarda do processo revolucionário no Leste Europeu.

Há outras diferenças a serem notadas com relação ao partido de quadros e o partido de massa, que não é de forma, mas de estrutura. O primeiro tem sua função representativa elaborada e definida nas câmaras legislativas e comitês executivos. Busca eleger as qualidades individuais de um cidadão como meio de granjear votos, se preocupa com o eleitor somente no período da eleição, pois o fundamental é a representação institucional, Sartori (1982). O segundo, que é a própria definição de Duverger (1970) sobre partido político moderno, é uma organização político-ideológica de representação de classe numa dada estrutura social. Caracteriza-se por uma estrutura organizativa, mais um programa na perspectiva de Cerroni. Um dos clássicos sobre teoria dos partidos, Maurice Duverger (1970), aponta as principais características de sua tipologia.

- Possuem origem externa, extra-parlamentar, organizada sobre movimentos sociais; sindicatos, associações.
- Forte articulação estrutural
- Uma centralidade nacional.
- Enquadramento de massas populares.
- Valorização da educação política dos membros em detrimento da disputa eleitoral, resultando menor influência dos parlamentares e maior controle disciplinar.

- Funcionamento das instâncias decisórias através de congressos, comitês nacionais e regionais. Através deles é possível a democracia no interior do partido.
- Forte influência ideológica, a doutrina exerce grande peso no exercício do partido.

Meneguello (1989) chama a atenção para o fato de que o eixo básico do modelo de Duverger situa-se na influência central da ideologia partidária, cuja característica principal determina a forma da organização do partido. *Sua tipologia será importante para a nossa pesquisa.* Todavia, ressaltamos que, embora devemos preservar a aproximação feita por Duverger entre partido de massa e partido socialista, as singularidades do Partido Verde - que serão destacadas no momento oportuno -, constituem elementos básicos do nosso objeto.

Para o propósito deste trabalho, além das contribuições de Duverger, devem ser levadas em conta as normas e práticas do sistema partidário. Isto porque, segundo Sartori (op.cit), os partidos são ofertantes da transmissão das reivindicações apoiadas por pressão, tradutores de preferências sociais por políticas públicas compondo o jogo pluralista como norma de coexistência de vários partidos, teoricamente iguais, que procuram lugar no parlamento e nos corpos locais.

Esta pesquisa não tem a pretensão de discutir a origem dos partidos. Como também não há interesse em investigar o sistema político partidário brasileiro em seu modelo organizacional. Contudo, dado o nosso objetivo, destacaremos características desse modelo afim de situar o Partido Verde como a ele pertencente. As singularidades do Partido Verde serão estudadas tendo em vista as dificuldades que um partido pequeno encontra para se enquadrar no sistema partidário brasileiro.

Neste sentido, as características gerais de nossa história partidária do início da República, 1889, até a reforma partidária de 1979, evidenciam-se por períodos descontínuos de atuação das forças políticas, caracterizando uma tendência à fragmentação do sistema partidário.

Ademais nota-se a ausência de partidos fortemente enraizados na sociedade com perfil ideológico definido.⁴

Alguns exemplos facilitam nossa compreensão. A primeira República no Brasil (1889 - 1930) é caracterizada por uma relação, digamos, de simbiose negativa entre os "coronéis" mandatários de uma ordem oligárquica em declínio e o poder público oficial. Neste caso, o controle das máquinas eleitorais municipais modelava a relação clientelista do eleitor com os coronéis e estes com o poder político central (Nunes Leal, 1986).

Já no período de 1945 a 1964 há um visível condicionamento do Estado no aparecimento dos partidos políticos. As três maiores forças eleitorais: PSD, PTB e UDN foram fundadas no sistema de interventorias estaduais e de acesso à burocracia federal (Campello de Souza 1976). A ilegalidade dos partidos tradicionais PTB, PCB e PSD durante o período do regime militar responde pela construção da ARENA - partido do governo -, e MDB - partido da oposição consentida (Lamounier & Meneguello 1986).

Em grande medida, o histórico dos partidos no período abordado é marcado pela forte presença do Estado em sua formação. Para citar Duverger, são os partidos nascidos dentro do parlamento. A exceção foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores, nascido depois desse período que se singulariza por seu perfil de base. O Partido Verde também nascerá dos movimentos sociais.

De acordo com Meneguello (1989) a reforma partidária de 1979, por um lado, foi posta em execução por força de pressões sociais que buscavam reformular o modelo de representação política institucional, por outro, tratou-se de uma prática estratégica para a liberalização política controlada pelo governo, tendo como objetivo fragmentar a oposição ao regime militar (Lamounier & Meneguello 1986).

Embora essa reforma seja apontada como uma obra casuística do governo autoritário, pois impõe, entre outras coisas, sérias dificuldades

⁴ Embora o PCB seja oriundo do movimento anarquista, sindical e intelectuais desligados das elites políticas da época, 1922, sua atuação legal no sistema partidário é quase insignificante, não obstante sua atuação no campo da oposição. A contar da data de sua fundação, 1922 até 1985, o PCB funcionou legalmente apenas entre 1945 e 1947.

institucionais para o funcionamento dos pequenos partidos, ainda segundo Meneguello (1989), da reforma surgem o PP, PMDB e o PDS. Estes últimos surgem, respectivamente do MDB e da ARENA. O PTB sofre um racha e da sua cisão aparece o PDT e finalmente o PT, este, com fortes influências do novo sindicalismo urbano.

A derrota da emenda "Dante de Oliveira", que propunha eleições livres para presidente à partir do ano de 1986, fortalece a criação do colégio eleitoral constituído pela "aliança democrática" representada pelo PMDB e PFL (este último surge como racha do PDS). A proposta de transição pela via institucional estava garantida, inclusive com o apoio - ainda que condicional -, do PDT ao colégio eleitoral. O PT opta por uma estratégia de oposição e mobilização das classes populares, o que contribui para explicar seu crescimento.

A perspectiva do desenvolvimento partidário subsequente a esse período é observado por Lamounier e Meneguello (1986) como responsável pela existência de um centro poderoso formado pela "aliança democrática" entre PMDB e PFL e pela existência de um partido de caráter societário, o PT, que por sua vez, evitaria uma polarização ideológica como as já ocorridas na história político - partidária do país. Em resumo, podemos dizer que há um reagrupamento das forças políticas nesse momento.

O Partido dos Trabalhadores surge como novidade por ser o primeiro partido de origem extra-parlamentar, de caráter societário que tem como uma das principais questões a inserção das classes populares na representação do poder político. Sua ideologia partidária contribui com a compreensão de sua proposta política, de acordo com o modelo de Duverger. Em seu estudo sobre o Partido dos Trabalhadores, Meneguello (1989) destaca uma série de especificidades do P.T., elencando seu caráter de novidade no sistema partidário brasileiro. Em nosso estudo, algumas dessas características devem ser lembradas, para se propor um contraponto com o Partido Verde.

Neste sentido, o estudo sobre o Partido Verde deve apontar para a sua independência frente ao Estado e não estritamente ao controle parlamentar. Comparado ao Partido dos trabalhadores, o Partido Verde assemelha-se a ele no que diz respeito à natureza das agremiações, isto é, societária. Contudo, *é o Verde que coloca a questão da ecologia e dos movimentos sociais como principais elementos de sua representação.* Há

que se comparar ainda o crescimento do P.T. e o crescimento do P.V. O rápido crescimento do primeiro e sua adequação à LOPP são explicados pelo seu rápido enraizamento social. Seu crescimento tem a ver com sua origem classista e de oposição à política tradicional. No que se refere ao crescimento do Partido Verde, as dificuldades que ele encontra para seu enraizamento social tem a ver com a fragmentação dos movimentos sociais. Embora surgido dos movimentos sociais, como o P.T., o Partido Verde possui uma trajetória diferente dessa agremiação que, talvez, possa ser explicada pela fragmentação do movimento ecológico no Brasil, no nosso caso, no Estado de São Paulo.

As disputas eleitorais e a perspectiva do controle do poder político mostram a diferença do P.V. em relação aos grupos de pressão e, ao mesmo tempo, caracteriza um modelo de organização partidária. Seu vínculo com os movimentos sociais e sua proposta voltada para a ecologia são pistas para a forma de representação política. *É sobre esses três itens: origem, organização e proposta política que desenvolveremos nossa pesquisa sobre o Partido Verde.*

Apesar de um amplo debate sobre a questão ambiental, o mesmo não acontece com relação à organização do Partido Verde e seu relacionamento com os movimentos sociais. Sendo assim, alguns procedimentos técnico-metodológicos são imprescindíveis: a análise exaustiva da literatura produzida sobre Partidos Políticos, Movimentos Sociais, Meio Ambiente e Desenvolvimento e, sobretudo, a relação desses movimentos com os partidos políticos, precisamente com o Partido Verde.

Construção de um referencial para explicar a organização, funcionamento e desempenho do Partido Verde a partir do levantamento e da análise dos dados referentes ao sistema eleitoral e censitário. Exame de jornais e utilização de entrevista com o objetivo de acompanhar mais de perto seu nascimento a partir das principais fontes. Em princípio, faremos uma análise bibliográfica geral. Em seguida, faremos consulta ao Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.) e no Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (I.B.G.E.). Prosseguiremos com visita ao Banco de Dados dos jornais que, de alguma maneira, noticiaram informações sobre a criação e comportamento do Partido Verde no Brasil e, em São Paulo, em particular. Estado onde está situado nosso estudo de caso.

Apontamentos para possíveis conclusões

A criação de um Partido Verde no Brasil evidencia um distanciamento da concepção tradicional de partido, uma vez que sua proposta política demonstra a busca de uma ponte entre o movimento social e representação político - institucional.

Entender o relacionamento entre movimentos sociais e política institucional é fértil para se interpretar o papel dos partidos cuja formação está ligado aos movimentos populares. Ao se analisar o modo pelo qual um partido insere as questões ecológicas no âmbito da representação institucional, parece-nos ser possível ampliar o debate para o tema sobre desenvolvimento sustentado, em particular para o estado de São Paulo.

Existe a real dificuldade em se definir a característica fundamental dos Verdes enquanto partido. Isso ocorre, particularmente por haver uma 'visível ascensão das ONGS e pouca visibilidade social do Partido Verde. Contudo, essa dificuldade caminha para sua superação. Por um lado, em virtude da presença mais forte do debate ambiental na sociedade, por outro, pelos espaços políticos reivindicados por esse partido, no sistema partidário brasileiro.

Questões pontuais, que fazem parte das preocupações de nossa dissertação de mestrado. Virão a ser discutidas, de acordo com a dinâmica adotada no ritual das atividades e do calendário de trabalho.

Referências bibliográficas

- BOSCHI, R.R. *A arte da associação*. São Paulo: Vértice, 1987.
- CAPRA, F., SPRETNAK, C. *Política verde: promessa global*. s.n.t. (Mimeogr.).
- CAMPELLO DE SOUZA, M.C. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- CARDOSO, R.C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SOU, J.B. (Org.) *Sociedade e política no Brasil- pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CERRONI, U. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.
- DURHAM, E.R. et al. *A cidade vista da periferia: o contexto cultural dos movimentos sociais urbanos*. s.n.t. (Mimeogr.).
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FISICHELLA, D. Grupos de interesse, de pressão, lobby e partidos. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de ciência política*. Brasília: UNB., 1991.
- GABEIRA, F. et al. *Partido Verde: proposta de ecologia política*. Rio de Janeiro: Amimd, 1986. v. 1.
- GOHN, M.G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
- LAMOUNIER, B., MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MENEGUELLO, R P. T. *A formação de um partido político* São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MINC, C. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NUNES LEAL, V. *Coronelismo enxada e voto*. São Paulo: Alfa Omega, 1986.
- OFFE, C. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Sistema, 1988.
- PÁDUA, J.A. (Org.) *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PÁDUA, J.A. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SADER, E. *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SINGER, P., BRANT, V.C. (Org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1983.

- SCHINKE, G. *Uma contribuição ao debate sobre movimento ecológico e a questão do Partido Verde*. Porto Alegre: AGAPAN, 1985.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I
- VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil 1974-86: do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n.3, 1988.
- VICENT, A. - *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- WALDMAN, M. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

Bibliografia consultada

- AB'SABER, A N. (Org.) *Geografia e questão ambiental*. São Paulo: Terra livre - AGB, 1988.
- ADAM, S. *A sociedade informática*. São Paulo: Edunesp, 1990.
- ALMEIDA RESENDE, P.E. (Org.) *Ecologia sociedade e Estado*. São Paulo: Educ, 1995.
- ALTVATER, G. *O preço da riqueza*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- BANDEIRA, R. *Polução: a doença da terra*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BECKER, B.K. et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BEHREND, J. *Agenda verde: propostas dos verdes em matéria de política ambiental e de desenvolvimento*. Bruxelas: Gutemberg, 1992.
- BENEVIDES, M.V. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BERBEL, M.R. *Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda do Brasil (1978-1980)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- BOBBIO, N. et al. *dicionário de ciência Política*. Brasília: UNB., 1991.
- BOFF, L. *Seminário: dimensão política e teológica da ecologia*. São Paulo: Cepis, 1992.

- BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. (Rio de janeiro), Sesc,n.47 jun.,1992.
- BONUS, A, (Org.) *Economia e ecologia*. São Paulo: Fakas, 1992.
- BRANCO, S.M. *Energia e meio ambiente*. São Paulo: moderna,1991.
- BRASIL. Ministério das Relações exteriores. Agência brasileira de cooperação. *Organizações Não Governamentais* brasileiras atuantes área de meio ambiente. Brasília: M.R.E., 1991. 78p.
- BRASIL. Resolução nº10785. Estabelece instruções para a fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos. *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (São Paulo) 13 mar.1980.
- BRANCO,S.M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 1990.
- BULL, D., HATHAWAY, D. *Pragas e venenos: agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CASTORIADIS, C. COHN, B. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAVENATO, J.J. *O massacre da natureza*. São Paulo: Moderna,1989.
- COIMBRA, J.A A *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo: CETESB,1985.
- COMUNICAÇÃO DO ISER: Ecologia, religião e sociedade. (Rio de Janeiro), v.2 n.43, 1992.
- CONFERÊNCIA DE VITÓRIA. Terra, meio ambiente e direitos humanos. 1993. 33p.
- CONFERENCIA INTERNACIONAL. Terra, ecologia e direitos humanos. São Paulo: 1992. 65p.
- CONTI, L. *Ecologia: capital e meio ambiente*. São Paulo: Hucitec,1991.
- CORREIA DE ANDRADE, M. *Modernização e pobreza*. São Paulo: Edunesp,1994.
- COUTINHO, C.N. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CRUZ, H. *Ecologiyay sociedad alternativa*. Madrid: Miraguano,1986.
- DIAS, J.F. Proposição para uma economia sustentável. Rio de janeiro: CEDAC, 1992.
- DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL. Camara dos deputados: Comissão de defesa do consumidor, meio ambiente e minorias. Brasília,1994 65p.

- DORST, J. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Edgar blucher, 1973.
- DUARTE, R.A P. *Marx e a natureza em o capital*. São Paulo: Loyola, 1886.
- DURHAM, E.R. Movimentos sociais, construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, n. 10, p.24-30, 1988.
- DUPUY, J.P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- EVERS, T. et al. *Movimientos barriales y Estado: lucha en la esfera de la reproducción em América Latina*. *Revista Mexicana de Sociologia*. v.44, p.703 -52, 1982.
- GABEIRA, F. *Vida alternativa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.
- GIÁCOMO, M. *Poder e seculariza,cão*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- GUITTA, P.P. *Do caos à inteligencia artificial*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- HERRERO, L.J. *Meio ambiente y desarrollo alternativo*. Madrid: Iepala, 1989.
- HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiencia democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAMOUNIER, B. CARDOSO, F.H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LAMOUNIER, B., GIL KINZO, M.D. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, nº5, 1978.
- LEIS, H.R. *Ecologia e política mundial*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1991.
- LEITÃO FILHO. H.F. *Ecologia da mata atlantica em Cubatão*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- LEROY, J.P. *Uma chama na amazonia*. Rio de Janeiro: Fase/vozes, 1991.
- LIMA JUNIOR, O B. et al *Produção brasileira recente sobre partido político, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico*. (Rio de janeiro), *BIB*, n.34, p.3-66, 1992.
- LINS DA SILVA. C.E. *Ecologia e sociedade*. São Paulo: Loyola, 1978.
- MAGALHÃES, A R. (Org.) *Desenvolvimento e meio ambiente no semi árido*. Brasília: I.C.D., 1992.

- MARIE MARTIN, J. *A economia mundial da energia*. São Paulo: Edunesp, 1992.
- MARTINE, G. *A questão populacional no Brasil*. Brasília: Macarthur Foundation, 1991.
- MARTINS, J.P.S. *Ecologia ou morte*. São Paulo: F.D.T., 1987. *Terra nave mãe: por um socialismo ecológico*. São Paulo: Traço a traço/CEPE, 1991.
- MCFETRIDGE, D.G. *Economia e meio ambiente*. Porto Alegre: Airon Ortiz, 1992.
- MELLO, T. *Amazonia: a menina dos olhos do mundo?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.
- MONTSERRAT, B. *Los Partidos Verdes en Catalunya. Working Papers* (Barcelona), n. 47, 1992.
- MORAIS, F. *Não às usinas nucleares*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- MOSER, A. *O problema ecológico*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MURGEL BRANCO, S. *O desafio amazonico*. São Paulo: Moderna, 1991.
- RAMOS, A A C. et al *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro: Fórum das ONGs brasileiras, 1992.
- REVISTA ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.. (Rio de Janeiro) n.9 nov. 1991.
- REVISTA PAU BRASIL. (São Paulo) v.3 n.15 nov/dez. , 1986.
- REVISTA PROPOSTA. (Rio de Janeiro) n. 56 mar. , 1993.
- SAMPAIO, M.R *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982
- SADER, E. A ecologia será política ou não será? In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Ecologia, ciência e politica*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- SÉRIE DEBATE. (Campinas) v.1 n.6 abr. 54p., 1993.
- SILVA, N.C. *Movimento social e partido politico: as prerrogativas ecológicas e o Partido Verde em São Paulo*. 1996. 36p. (Mimeogr.).
- STURM, A E. *Alguns enfoques sociológicos sobre o problema ambiental*. Porto Alegre: U.F.R.S., 1989, 20p.
- TAUK TORNISIELO, S.M. (Org.) *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1995.

TEMPO E PRESENÇA. (São Paulo) n.265, 1992.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Schuwaros, 1989.

THOREAU, H. *Desobedecendo: a desobediência civil & outros escritos*. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Ata de fundação do Partido do Futuro Verde*, (PFV), 1987.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, Brasília. Registro de Partido nº 243, classe 7, Distrito Federal (Brasília). Estabelece registro definitivo de partido político do partido Verde. (Mimeogr.).

TUDELA, F. *Para um novo pacto Internacional para o desenvolvimento sustentável: perspectiva da América Latina e do Caribe*. Washington: BIRD, 1992.

VALVERDE, FREITAS, T.L.R. O problema florestal da Amazônia brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. *Catecismo da ecologia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

VERSÃO Partido Verde-P.V. *Diário da Justiça da União* (Brasília), 9 fev. 1994.

VIANN, A MENESES, L. et al. *Educação ambiental*. São Paulo: CEDI, 1992.

VIOLA, E. *Movimento ecológico e Partido Verde no Brasil: notas sobre uma relação muito complexa* In: Encontro ANPOCS, 2, 1987.